

Redemocratização brasileira e tempo presente:  
um ciclo narrativo no jornal *Folha de São Paulo* (1974-1985)

REINALDO LINDOLFO LOHN\*

No início de 1974, uma nota do jornal *Folha de São Paulo* chamava a atenção para as dificuldades do MDB (Movimento Democrático Brasileiro): “oposição na hora da verdade”. As eleições daquele ano significariam um questionamento sobre “o real poder do partido, e que será revelado, inexoravelmente, nas urnas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/01/1974, p. 4). O quadro, de fato, não parecia animador para uma oposição limitada e consentida, que tentava contrapor argumentos a um governo autoritário e que tinha a seu favor um período de crescimento econômico acelerado. O General Presidente, Emílio Garrastazu Médici, que comandou o período de maior atuação das forças de repressão da ditadura, podia afirmar que seu período de governo fora marcado pela eficiência de uma política econômica que “conduzida com objetividade e firmeza, transformou a fisionomia econômica do país, cuja prosperidade entre 1969 e 1973 alcançou os maiores índices da nossa História” (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/03/1974, p. 3).

Mas aquele mesmo ano marcaria uma importante mudança no conjunto das relações políticas institucionais do país. Apesar do regime autoritário e do cerceamento das mobilizações públicas, houve uma renovada importância para os processos eleitorais a partir de 1974, quando o MDB obteve uma vitória emblemática. De certo modo, em resposta ao regime autoritário e à supressão de liberdades próprias da cidadania (civil, política e social), os processos eleitorais apareceram não mais apenas como mecanismos formais de uma democracia de fachada, mas como meios de expressão consciente da população e de elaboração de uma cultura política democrática. A política de massas e o voto popular foram reabilitados, pois mesmo o partido oficial do regime militar, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), viu-se na necessidade de moldar sua atuação em função das pressões eleitorais (GRINBERG, 2009).

As narrativas do processo político brasileiro daqueles anos, operadas através da imprensa, demarcaram o início de um ciclo de abertura política que encaminharia o país para

---

\* Professor do Departamento de História e do Mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

a redemocratização. Sabe-se que a narrativa constitui o tramado necessário no qual é operada a configuração do tempo histórico, em suas diferentes manifestações e apropriações, entre o tempo vivido e o tempo da natureza, a ponto de confundi-los. O calendário, as gerações e os documentos são vivenciados e experimentados na temporalidade que reúne passado, presente e futuro. Com esta compreensão das características do tempo histórico, pode-se construir uma História do tempo presente, a qual segundo Paul Ricoeur (2007: 456) é “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”. Entende-se aqui que este tempo histórico a que chamamos de presente compreende relações de simultaneidade, com justaposição de ritmos, por populações que compõem e participam dos fenômenos da cultura de massas e de suas implicações sociais mais abrangentes. Portanto, mover-se entre as diversas manifestações de importantes órgãos da imprensa escrita acerca do processo de democratização brasileiro, com a instauração de um novo sistema político ao final da última ditadura civil-militar (1964-1985), abre a perspectiva para a compreensão dos horizontes de expectativas dos grupos políticos em atuação no período e da construção de uma memória histórica amplamente aceita.

A ordenação da temporalidade contemporânea por meio das narrativas jornalísticas evidencia o quanto o presente não é um lugar de passagem, mas uma lacuna e uma possibilidade inacabada entre o passado e o futuro (PEREIRA, 2009: 230). Daí que este trabalho discuta o processo de redemocratização que envolveu a sociedade brasileira entre as décadas de 1970 e 1980, por meio do arcabouço documental constituído por parte da imprensa escrita no período, particularmente o jornal *Folha de São Paulo*. Trata-se de questionar o desempenho de um dos importantes órgãos de imprensa como mediador entre os agentes políticos e o público de leitores, formado principalmente entre o segmento social representado pelas classes médias urbanas, as quais ganharam importância acentuada com a urbanização intensa do país ao longo das décadas de 1960 e 1970. Destaca-se o papel exercido pela imprensa como construtora de um repertório interpretativo que acentuou o protagonismo de determinados agentes sociais e políticos, num processo de elaboração de uma memória histórica sobre a democratização brasileira e a superação da ditadura civil-militar, que dominava o país desde 1964. Este repertório envolveu a difusão de uma terminologia política

que alcançou valor simbólico ao longo do período e que alimentou os oponentes ao regime: democracia, voto, justiça eleitoral, cidadania, direitos, liberdade de imprensa, entre outros. Outro tipo de terminologia tendeu a perder espaço, tanto o associado à esquerda, como revolução, vanguarda combativa, luta direta e armada, quanto aquele vinculado à direita: ordem, hierarquia, autoridade ou conservação.

Os leitores do jornal passaram a acessar e compartilhar representações relativas a diferentes processos que se desenrolavam na sociedade brasileira, situados no período da abertura política. A frequência e a distribuição de notícias a respeito das contradições do cenário político, anseios e mobilizações, expressam a constituição de grades de leitura em comum, de modo a formar uma compreensão do que se desenrolava e a pluralidade de texto parecia apontar para horizontes de expectativas referenciados através do noticiário e das colunas de opinião. Na acepção de Reinhart Koselleck (2006: 305), “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” e o tempo histórico é constituído por tais dimensões, as quais “entrelaçam passado e futuro” e “dirigem as ações concretas no movimento social e político” através de relações e configurações assimétricas.

Para a compreensão das correlações entre as expectativas acerca do processo de redemocratização localizadas nas páginas da *Folha de São Paulo* é necessário um trabalho de hermenêutica dos textos pesquisados que pressupõe o diálogo entre o pesquisador e seus testemunhos, a sugerir que os relatos de experiências vividas respondam às indagações do presente, sem que isso signifique esvaziar o passado de sua dimensão única e historicamente datada. Esse envolvimento é próprio do conhecimento histórico, ao não se desvencilhar das inúmeras mediações culturais que se interpõem entre o historiador e seu objeto e as interações e influências mútuas envolvidas. Essa abordagem, portanto, consiste em apreender significados e compor um quadro narrativo que agrega, aos campos de experiência social, os horizontes de expectativa que supõem formações coletivas: “é preciso lutar contra a tendência a se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irretocável” (RICOEUR, 1997: 372). Com a *Folha de São Paulo* é possível acessar os da construção de uma memória histórica, no momento de sua produção, algo que foi parte importante da sustentação do regime ditatorial, mas também da construção de trajetórias ligadas à democratização naquelas décadas decisivas. O jornal apresenta indícios da elaboração de um

horizonte político para o país em meio às relações de poder e disputas eleitorais. As anotações recolhidas formarão uma série para permitir uma visão abrangente, uma vez que cada notícia, coluna, crônica, anúncio ou nota “não se constitui em um objeto único e isolado” (LUCA, 2005: 113), mas ganha sentido como parte de um ciclo narrativo.

A intenção aqui é a de alcançar uma visão diacrônica do processo de construção de diversas representações sociais que serviram como condutoras e legitimadoras de práticas sociais e projetos políticos, bem como de definição dos interlocutores do processo de redemocratização e de seus alcances e limites. Obviamente, esta operação depende de atos interpretativos como parte fundamental da operação historiográfica e que realizam o trabalho “de compreender o todo a partir do individual e o individual a partir do todo” num “movimento circular”, como aponta Hans-Georg Gadamer (1997: 436-444). A interpretação pressupõe uma antecipação de sentido, na medida em que intérprete procura partilhar os significados de um texto com seu autor: “quem quer compreender está vinculado com a coisa em questão que se expressa na transmissão”, embora não haja um vínculo contínuo e direto com o texto, como uma “unidade inquestionável”. Isso implica em que “existe realmente uma polaridade entre familiaridade e estranheza” e é nesta intermediação que emergem “as condições sob as quais surge a compreensão”. No caso de uma interpretação histórica, a compreensão não é limitada pela distância temporal, pelo contrário: esta assegura “uma possibilidade positiva e produtiva do compreender” porque permite o surgimento constante de “novas fontes de compreensão que tornam patentes relações de sentido insuspeitadas”.

Para Roger Chartier (1990: 122-139) a investigação histórica encontra o dilema de considerar o “caráter todo-poderoso do texto, e o seu poder de condicionamento sobre o leitor — o que significa fazer desaparecer a leitura enquanto prática autônoma”; ou, ao contrário, privilegiar “a liberdade do leitor, produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares — o que significa encarar os atos de leitura como uma coleção indefinida de experiências irreduzíveis umas às outras”. Como possibilidade de superação, o autor sugere a análise dos processos pelos quais os sentidos e significados são historicamente construídos, através do estudo sobre a “maneira como os textos e os impressos que lhe servem de suporte organizam a leitura”, bem como a coleta de “leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores”.

Compreende-se aqui que os produtores dos textos eram também leitores e que seus escritos e compartilhavam as representações acerca do futuro do processo político. A partir de 1974 é possível identificar que a redemocratização apresentou-se como uma experiência da sociedade brasileira e uma narrativa coletiva que ordenou as ações dos agentes políticos. O discurso jornalístico ocupou “o papel institucional de produzir sentidos passíveis de inscrição na memória social”, daí a necessidade de examinar “de que modo vem a instituir-se e a produzir os efeitos de verdade e consenso que muitas vezes acabam por orientar nossas ações e nosso pensar” (FERREIRA, 2007: 58). O período que envolve o regime autoritário imposto em 1964 e a redemocratização marcou de maneira indelével nosso presente e, assim, nossa atual experiência democrática.

Houve a elaboração de memória histórica, por parte da grande imprensa que, à primeira vista, restringiu o processo de democratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre governo e oposição. A memória histórica, segundo Carlos Alberto Vesentini (1997), é “constantemente apropriada e reelaborada pelo poder”, através de operações que tendem a proceder através de exclusões e de afirmações narrativas, ou uma “lógica de explicação herdada” com capacidade de sobrevivência desde sua projeção inicial. Nesse caso, a problemática aqui desenvolvida questiona o desempenho de setores da imprensa no processo de democratização, como parte indispensável das negociações políticas levada a cabo pelos agentes sociais envolvidos. Os protagonistas do teatro político formado ao final da ditadura militar foram nomeados por órgãos de imprensa, em desfavor de outras narrativas possíveis.

Ao longo do período iniciado com a imposição da ditadura civil-militar em 1964, o país vivenciou um intenso processo de urbanização, a formação de grandes contingentes de camadas médias urbanas e a estruturação de modernas estruturas de comunicação de massa tiveram efeitos políticos duradouros e profundos na organização da sociedade. A imprensa fez parte do processo de constituição de memórias e foi agente político notável do Brasil contemporâneo. A modernização técnica que se acelerou justamente nos anos da ditadura militar compreendeu uma mais intensa influência na política de massas e nos jogos de poder de então. As preocupações que movem a discussão aqui proposta remetem às questões envolvidas na construção de demandas sociais em diferentes âmbitos no país: liberdade de

expressão, memória histórica e políticas públicas nos campos da educação e da universalização de direitos políticos e sociais.

A elaboração de uma memória histórica do período, encontrada nas páginas do jornal, suscita outro elemento indispensável para a discussão: o público leitor e consumidor de jornais e revistas, formado pelas camadas médias urbanas, importante segmento social de sustentação do regime, principalmente durante o chamado “milagre econômico”, que garantiu a formação de um grande mercado de consumo. Durante todo o período, o público de classe média foi alcançado pela propaganda política do regime, a qual esteve amparada numa formação discursiva que Carlos Fico (1997: 137) denomina “reinvenção do otimismo”. A linguagem oficial associou a unidade do país a uma suposta postura da população brasileira caracterizada pela esperança e a crença no futuro, algo que estaria inscrito na cultura nacional. O “milagre econômico” e a vitória na Copa do Mundo de 1970 seriam a confirmação do “destino de grandeza do país” e as certezas em relação ao porvir de cada brasileiro.

Mas as eleições de 15 de Novembro de 1974, ocorridas em um ambiente sócio-econômico que começava a desfavorecer o regime e a reduzir as expectativas otimistas quanto ao desempenho do país, mostraram vitalidade do partido da oposição, com “surpreendente e expressiva votação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/11/1974, p. 1). Logo em seguida, o governo não deixou de ameaçar: acatava o resultado, mas não admitia que “a livre manifestação da vontade popular seja desvirtuada para fins de contestação ao regime”. As bases autoritárias da ditadura não deveriam ser questionadas. Citando uma fonte palaciana, o jornal reproduzia a seguinte declaração: “não se diga que o povo votou contra o ato institucional, porque isso não é verdade; votou sim contra o custo de vida, o alto preço dos gêneros alimentícios e outras consequências do processo inflacionário” (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/11/1974, p. 3).

As eleições e a valorização do voto introduziram elementos novos na cultura política brasileira, até então marcada pela desqualificação de mecanismos institucionais de participação popular e de imagens ressentidas forjadas na crença elitista sobre um suposto despreparo da população para o voto (BENEVIDES, 1994: 5-17). Do mesmo modo, vieram a questionar os mecanismos autoritários de gestão do Estado impostos pela ditadura militar e que corresponderam ao poder de uma tecnocracia que se pretendeu modernizadora e

legitimada por uma suposta eficácia administrativa (PRADO; EARP, 2003: 207-242). Em 1976, a *Folha de São Paulo* opinava: “pregou-se durante muito tempo que o desenvolvimento do País era uma das precondições para a implantação da plenitude democrática em terras brasileiras”, mas com a inviabilidade do crescimento econômico sem “avanços também nos setores político e social”, o comportamento do Estado deveria ser alterado. Isso implicaria em perceber que o País “estava maduro para aberturas políticas, vale dizer, sobretudo mais poderes aos civis nas decisões nacionais” (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/01/1976, p. 2).

O ponto culminante do processo de democratização no Brasil, segundo várias perspectivas diferentes, foi a campanha em favor do restabelecimento de eleições presidenciais livres e diretas. Em 26 de janeiro de 1984 a *Folha de São Paulo* estampou em sua primeira página: “300 mil nas ruas pelas diretas”. A foto panorâmica de uma multidão na Praça da Sé, sob a torre da Catedral, no centro de São Paulo, maior núcleo urbano do país, ilustrou um texto que, após citar as lideranças políticas envolvidas no movimento das “Diretas Já!”, tais como Luís Inácio Lula da Silva e Ulisses Guimarães, pontuou que “o verdadeiro herói foi outro: a multidão, as 300 mil pessoas que provaram ser possível (e desejável) fazer política com amor, garra e alegria” (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/01/1984, p. 1). O comício de janeiro de 1984 foi o maior até então de uma série de eventos similares ocorridos desde o ano anterior, com a conjunção de esforços dos partidos de oposição ao chamado regime militar. A democratização do sistema político brasileiro, um processo que pode ser compreendido a partir de movimentos que remetem à década anterior, pareceu estar próxima naqueles meses.

Na esteira das mobilizações em torno da redemocratização, o espaço urbano converteu-se, efetivamente, em espaço público, a abrigar diversas formas de manifestação e, inclusive, de protesto popular, com o fim de reivindicar ações e investimentos públicos. As cidades assumiram uma dimensão fundamental para a representação das multidões que formariam um povo em busca de cidadania e democracia (JACOBI; NUNES, 1982: 189-198). De certo modo, as cidades foram pontos nodais, como encontro das diferentes questões que envolveram a democratização brasileira: participação popular, eleições e a experimentação de princípios republicanos básicos, expressos nas imagens de multidões a ocupar os espaços públicos. A política foi vivenciada, naqueles anos, através do espaço público urbano,

conquistado nas manifestações de massa e nos comícios. O ápice desse processo foi, sem dúvida, a campanha pelas eleições presidenciais diretas, a qual “concretizou uma aliança de homens públicos históricos com a nova geração de políticos que formava o PT e com diferentes integrantes de movimentos sociais” (DELGADO, 2007: 422). A campanha das Diretas foi, portanto, um encontro entre duas tendências diferentes do processo de democratização: um proveniente do MDB, oposição consentida ao regime, enquanto o outro fora forjado em diversos movimentos de base por todo o país, mas principalmente nas grandes cidades e que seria galvanizado em torno do PT (Partido dos Trabalhadores).

As eleições canalizaram as diversas formas de mobilização social para as disputas partidárias formais e a imprensa apareceu como mediadora das diversas vozes e, na condição de testemunha privilegiada, investiu-se do papel de construtora da memória histórica da democratização. Empresas jornalísticas que, até então, haviam tido uma participação ambígua no processo político brasileiro, como a própria *Folha de São Paulo*, inclusive com apoio registrado à implantação e sustentação do regime, avocaram uma posição de destaque nas tramas e conflitos que envolveram a democratização do sistema político brasileiro e nomearam os interlocutores que deveriam conduzir o país à democracia política. Esta foi uma operação no âmbito da memória histórica que envolveu obscurecer, como o estudo de Beatriz Kushnir (2004) apontou recentemente, a atuação de vários órgãos de imprensa na sustentação do regime. O apoio à campanha pelas Diretas garantiu à *Folha de São Paulo* “a possibilidade de elaborar para si outra narrativa de sua participação na história recente do país; em pouco tempo, esses episódios se tornam o principal foco na tessitura da memória, fazendo com que parte do passado perca importância na formação do novo papel social que se propõe exercer” (SILVA, 2011: 190). Entre as multidões de 1964 e as de 1984, no centro de São Paulo e de outras capitais brasileiras, bem como entre as manchetes de jornais e revistas separadas por vinte anos, processos sociais de diversas ordens marcaram a população brasileira e constituíram fios de uma tessitura social a partir da qual os significados políticos foram construídos. Novos fenômenos ligados à emergência da cultura de massa e a importância cada vez maior das classes médias enquanto consumidoras de bens simbólicos, bem como interessadas na leitura de jornais e revistas, contribuíram para moldar novas expectativas em relação à participação política.

Diante disso, a partir de meados da década de 1970, boa parte da imprensa escrita aparece não apenas como espectadora, mas como interlocutora importante, nas questões políticas que envolveram a chamada “distensão”, a posterior abertura “lenta, gradual e segura” e a constituição da “Nova República”. Esses três momentos históricos, configurados nos governos de Ernesto Geisel, João Figueiredo e José Sarney, foram amplamente cobertos, inicialmente com as dificuldades devidas ao controle de informações e à censura prévia (bem como à autocensura, deve-se lembrar), pelos jornais brasileiros, os quais viveram um momento de uma paradoxal modernização tecnológica e editorial em meio a um regime autoritário. As páginas dos jornais, aos poucos, constituíram-se em veículos para as representações sociais e políticas do país como um todo, a ponto de setores da imprensa situarem-se como peças indispensáveis da construção democrática brasileira. Por ocasião da passagem do vigésimo aniversário do golpe de 1964, o Editorial da *Folha de São Paulo* apresentou um balanço daquele ciclo histórico, num momento em que se exigia “a busca de caminhos novos que conduzam realmente a uma democracia moderna e sólida, e uma economia capaz de liquidar os bolsões de miséria, os extremados desequilíbrios regionais e sociais”, o que pressuporia “a separação definitiva das regras autoritárias que presidiram esta fase do processo político nacional”. Como auge do ciclo de redemocratização, o jornal apontava “a adesão em massa dos mais variados setores da sociedade à ideia da eleição presidencial direta imediata” (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1984, p. 2).

O tempo é uma experiência social que preside trajetórias individuais e coletivas. Para Krzysztof Pomian (1993: 104-105) o tempo linear coexiste com a temporalidade cíclica por meio de práticas como a adivinhação, os planos e os prognósticos, nas quais são identificadas coordenadas sociais que inscrevem o futuro no presente. Atribuir ao presente a posição de marco inicial de um período ascendente, como uma progressão, torna o futuro o “objeto duma esperança, ao passo que o passado é concebido não como aquilo que fornece exemplos a seguir, mas como um período decorrido”. Ao contrário, quando o presente é tomado como regressão, o futuro torna-se depositário de angústias e “voltamo-nos para o passado a fim de imitá-lo na medida do possível”. Ao longo do século XX, o tempo histórico deixou de ser tomado como um “fluir uniforme” e preestabelecido, o que dotou de relevância a observação dos processos sociais, de modo a compreender suas singularidades, variações e ritmos

próprios, em períodos curtos ou longos, na forma de modelos que estabelecem uma “sucessão de ciclos, de períodos de desenvolvimento, de declínio, de estagnação, de recomeço” (POMIAN, 1993: 154-160).

Uma das características do papel exercido pelo jornal nesse processo foi sua decisiva contribuição no sentido de fixar marcos de narrativas que concertaram ações e ordenaram interpretações acerca do ciclo histórico iniciado em 1974. A partir de então, é possível identificar a constituição de uma fase ascendente de um ciclo temporal e narrativo que organizaria os movimentos dos agentes políticos para a propalada redemocratização. Governo e oposição formavam consensos e encaminhavam um lento consenso sobre o futuro a ser trilhado, com a legitimidade assegurada pela imprensa, apresentada como portadora de elementos considerados fundamentais para uma cultura política democrática, como a liberdade expressão e a defesa da opinião pública. Para a oposição, na fala de Ulysses Guimarães, liderança construída como personagem central do processo de redemocratização, ao defender que o “poder emana do povo” através do voto, “no tempo da história e não nos hiatos tópicos e encharcados de lágrimas de sua negação pela ditadura, é a potencialidade metafísica e ao mesmo tempo telúrica da democracia que dá respostas aos aflitivos problemas da criatura humana” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/01/1974, p. 6). Este mesmo interlocutor privilegiado afirmaria, em 1978, a necessidade da anistia: “não basta arrastar-se timidamente, no rumo dos acontecimentos; é preciso antecipar-se a eles. Basta realizar a anistia para que o país retome o diálogo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/07/1978, p. 4). Na constituição desses marcos de referência do ciclo narrativo, foi fundamental o desempenho da imprensa, como interface necessária ao campo político e como mobilizadora de um acervo de imagens e discursos que pautou boa parte das discussões e negociações entre governo, partidos, movimentos sociais e cidadania. Apontar para a problemática da relação com o Estado, o autoritarismo, a censura, a elaboração de representações culturais que se tornam predominantes e práticas de poder que atuam nas disputas e acertos políticos. No caso do jornal *Folha de São Paulo*, percebe-se sua apresentação como anteparo para a elaboração de uma memória histórica do processo de democratização que tendeu a legitimar posições e sublimar possibilidades. Em 1979, ao avaliar a necessidade da anistia, um Editorial estabeleceu as balizas orientadoras do processo. Com o retorno dos exilados, o país voltava

“ao clima que precede a reconciliação de que necessita para cicatrizar todas as chagas do arbítrio, como as feridas da violência política” e prosseguir com a “distensão dirigida” (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/01/1979, p. 2) com a qual governo, oposição e imprensa estavam comprometidos.

Nesta dimensão das discussões aqui propostas, uma das questões que move a presente pesquisa em andamento diz respeito às condições históricas que possibilitaram a incorporação, por parte das camadas médias, do repertório interpretativo e dos valores envolvidos no processo de democratização, divulgados através da imprensa. As vitórias eleitorais da oposição acompanharam a crise que se sucedeu ao esgotamento do “milagre econômico”. As grandes cidades, com uma população de trabalhadores engajada ao processo de modernização, passaram a ser um foco de dissabores constantes para os apoiadores do regime ditatorial, ao passo em que as demandas sociais não foram atendidas e as condições de sobrevivência dos mais pobres pioraram gradativamente. O regime procurou a todo custo, através do endividamento externo (FURTADO, 1981: 48), manter sem sucesso o ritmo de crescimento. Aos poucos, esvaiu-se também sua base de apoio junto às camadas médias, ao passo em que a concentração de riquezas. A década de 1980 foi marcada não só pelas negociações para a democratização, como também será época de acentuação da crise econômica que tornou frequentes as imagens de descenso social das camadas médias assalariadas das cidades brasileiras. A recessão, a inflação e os choques econômicos frequentes acompanharam a introdução do novo sistema político.

Em pesquisa realizada no início daquela década, Teresa Pires do Rio Caldeira (1984: 221-246) encontrou manifestações de apreço político à democracia junto a moradores de bairros pobres de São Paulo, mas de uma maneira distinta das representações que se encontravam nas páginas do jornal. No conjunto dos depoimentos recolhidos, a autora constatou uma percepção segundo a qual os moradores indicavam que “sem o reconhecimento de seu direito político básico, o povo não vale mais nada”. Contudo, a noção de direitos construída por essas populações não remetia diretamente às discussões que ocorriam no âmbito das disputas entre governo e oposição. Para além da dimensão abstrata do indivíduo eleitor, havia a percepção de que as relações políticas faziam sentido no quadro de redes de “relações personalizadas”. Verifica-se uma valorização da “representação política, que se dá

através da participação e do voto”, mas não como um direito derivado de uma condição de cidadania a partir de vínculos jurídicos com Estado, mas como um meio que “poderia permitir uma mudança para melhora na realidade”.

Os nós entre movimentos sociais e grupos políticos organizados no âmbito de mobilizações não eleitorais, mas que constituíram atividades de democratização cotidiana das práticas sociais foram obscurecidos no conjunto da elaboração narrativa do jornal. Por essa época, em várias partes do país, as novas experiências das camadas populares, decorrentes de um cotidiano compartilhado por milhões de habitantes de cidades transformadas em ritmo veloz nos anos precedentes, passaram a incorporar temas como cidadania e direitos civis, políticos e sociais. Movimentos de base, organizados a partir de diversas formas, seja nas igrejas, nas escolas ou mesmo em entidades partidárias, passaram a congregar esforços locais no sentido de praticar uma democratização no cotidiano. O espaço urbano e as disputas sociais que envolveram a constituição de espaços públicos e de territórios atravessados por novas relações sociais é elemento indispensável para compreender os desdobramentos da construção democrática no Brasil. Para uma grande parcela da população as promessas de mobilidade social e consumo moderno foram parcialmente satisfeitas enquanto o desafio passou a ser o de construir lugares de vivência com o compartilhamento do trabalho entre familiares e suas redes de conhecidos num ambiente voraz e competitivo (SADER, 1988: 99-114).

Apesar da pluralidade de culturas políticas e de sentidos atribuídos à redemocratização, na narrativa que a *Folha de São Paulo* ajudou a construir, o processo histórico deveria conduzir para uma democracia baseada na delegação de poder popular aos núcleos políticos e partidários formais que se consolidaram desde 1974, os quais dispunham da legitimidade para manifestar-se em nome da população e garantir um rumo estável ao processo de abertura. O jornal foi um dos órgãos da grande imprensa que configurou a narrativa que dotou de sentido histórico os eventos e personagens mais destacados do processo de abertura política, ao mesmo tempo em que assegurava a posição de elemento indispensável ao jogo democrático brasileiro. A impossibilidade das eleições diretas para a Presidência da República conduziu aos acordos que permitiriam a eleição de um civil conforme as regras e condições negociadas com o regime autoritário. A eleição de Tancredo

Neves pelo Colégio Eleitoral foi então apresentada como fim do ciclo autoritário, mas ao mesmo tempo parte indispensável do ciclo da redemocratização: “esta reunião do colégio eleitoral (...) assume grande significado simbólico, pois marca o fim de todo um período da História do país. Sua importância reside assim conforme anseia a Nação, precisamente em ser a última” (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/01/1985, p. 2). Em continuação, no dia seguinte à vitória, o jornal vaticinou: “a eleição de Tancredo para Presidência da República marcou o fim de um ciclo na vida política brasileira”. E avançou na definição dos significados daquele marco: o autoritarismo configurara “o contumaz desrespeito à opinião pública, à memória dos cidadãos, o descompromisso com qualquer ideia da qual não se possa tirar imediata vantagem pessoal, o uso sistemático da desinformação e do desrespeito” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/01/1985, p. 2), práticas condenadas e substituídas pela esperança na democracia.

A imprensa é fonte indispensável para compreender um passado presente, não como algo estável e congelado, mas como suportes de uma memória intencionalmente produzida, ao instaurar sentidos e legitimar determinados processos políticos (DECCA, 1992: 133). Neste caso, um jornal como a *Folha de São Paulo* foi um dos mediadores de lembranças, posto que, em certa medida, “é pelo discurso de terceiros que os sujeitos são informados sobre o resto dos fatos contemporâneos a eles”, através de construções baseadas em fontes “crescentemente midiáticas” (SARLO, 2007: 90-92) e que influenciaram as percepções e lembranças de um período de tempo recente, com impactos tanto nas trajetórias individuais quanto em experiências coletivas.

## Referências

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Revista Lua Nova** [online]. 1994, n.33, pp. 5-16
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. In: SÃO PAULO (cidade). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH**. – São Paulo: DPH, 1992. p. 129-136.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-428.

FERREIRA, Lucia M. A. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart; Ferreira, Lucia Maria Alves.. (Org.). **Mídia e memória** - a produção de sentidos nos meios de comunicação. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, v. 1, p. 57-71.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FURTADO, Celso. **O Brasil “pós-milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

JACOBI, Pedro; NUNES, Edison. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 165-198.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães De Guarda - Jornalistas e Censores - do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **A máquina da memória: o tempo presente entre a História e o jornalismo**. Bauru: Edusc, 2009.

POMIAN, Kryzstof. Ciclo. In: ROMANO, Ruggiero. (dir.) **Enciclopédia Einaudi**. Tempo/temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 29, 1993.

PRADO, Luiz C. Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). **O Brasil republicano, 4: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. p. 207-242.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SILVA, Sonia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o**

Golpe de 1964. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2011.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.